

Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná

Roseli Alves Santos*

Resumo

A característica mais reconhecida da *modernização* da agricultura é a mudança na base técnica da produção e suas conseqüências econômicas. Entretanto, é resultado de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. Na *modernização* da agricultura brasileira, a política é uma dimensão expressiva tanto quanto a econômica e a cultural, as quais se manifestam no cotidiano da sociedade brasileira, alterando a organização territorial: o trabalho, a produção, a tecnologia, o consumo, as relações sociais. O Sudoeste do Paraná é um território formado predominantemente pela agricultura familiar, baseada em pequenas parcelas de terra, as alterações na sua forma de produção são precedidas e procedidas por mudanças políticas, culturais, econômicas e ambientais.

Palavras-chave: agricultura familiar, modernização da agricultura, território, Sudoeste do Paraná.

Abstract

The most important characteristic on the modernization of agriculture is the change of the techniques in the basis of production and its economic consequences. However, it's the result of historical process of power articulations that is structured from a development conception, rebounding territorially. In the modernization of Brazilian agriculture the politic is an outstanding dimension, as much as the economic and cultural, which are manifested in the everyday living of Brazilian society, changing the territorial organization: the work, the production, the technology, the consume and the social relations. In the southwest of Paraná, a territory formed basically by the family agriculture, based on small parcels of land, the modernization has implied in changes in the production way, which are preceded and proceeded by politic, cultural, economic and environmental changes.

Key words: family agriculture, agriculture modernization, territory, southwest of Paraná.

* ROSELÍ ALVES SANTOS é Professora Adjunta no curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista.

Introdução

Este texto se propõe a refletir sobre o processo de modernização da agricultura na região Sudoeste do Paraná a partir de uma abordagem territorial que vem sendo discutida no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais para compreensão do espaço agrário do território da agricultura familiar de forma a construção de uma visão mais integrada do espaço, percebendo suas multifacetadas representadas pelas dimensões culturais, políticas, econômicas e naturais. Neste sentido a utilização exige uma leitura, como destaca Saquet (2009, p.90) “centrada nos processos históricos e multiescalares que se traduzem no território”. Esta opção se reveste de atualidade, pois expressa relações de poder, que tenciona uma organização territorial. Assim, busca-se a compreensão a nível macro das relações que consubstanciam o território, uma vez que este não é resultado apenas das formas de poder local. Para tanto a compreensão do território como espaço em que se travam as relações de poder de forma dimensional é fundamental nesta análise.

A *modernização* é um processo heterogêneo que vai se conformando territorialmente de acordo com as condições que encontra, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou ambientais e, também, metamorfoseia-se à medida que estas variam. Assim, não se faz referência a um processo uniforme, ao contrário, expressa singularidades territoriais que se manifestam a partir de diferentes ritmos.

O Sudoeste do Paraná é, fundamentalmente, constituído por



pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar. Neste sentido, Santos (2008) destaca que a forma como foi conduzida a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná é incompatível com as

pequenas propriedades e, embora esteja territorializada, significa uma forma de subordinação do agricultor familiar à lógica excludente e concentradora do capital.

O processo territorial de modernização da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

Compreender o conceito de território é fundamental quando se pretende analisar, a partir de uma base territorial, o processo de *modernização* agrícola, seus diferentes ritmos e implicações territoriais.

O território não é um espaço pronto, acabado, definido e imutável; ao contrário, é um espaço em constante processo de metamorfoses, que vai sendo constituído a partir das relações que nele se estabelecem. Embora não exista linearidade e a *parte* está no *todo* como o *todo* está na *parte*, é possível definir determinados períodos históricos na construção do território do Sudoeste do Paraná. Aqui optamos pelo período pós década de 1960, mas compreende-se que o território se constitui de tempos lineares e coexistentes que a limitação desta análise não permite demonstrar, mas que se expressam nas feições territoriais do Sudoeste do Paraná.

O Sudoeste do Paraná é resultante de muitos conflitos que ocorrem na década de 1950 entre um grupo constituído por pequenos produtores agropecuários,

comerciantes locais, representantes políticos locais e externos; e, outro formado pelas empresas de colonização de terras e também por representantes políticos. A vitória dos primeiros resulta na regularização da posse da terra e na demarcação da área de ocupação com base no estabelecimento de pequenas unidades de produção e no trabalho familiar, com traços marcantes dos locais de origem desses pequenos produtores agrícolas mercantis como o carroção de bois, o arado de tração animal e a policultura. Ao mesmo tempo, esse processo institui o grande estabelecimento e a concentração de terras principalmente no espaço rural. Ao longo do processo a luta pela permanência e a resistência na construção identitária da agricultura familiar, exige uma expressiva capacidade política-organizativa para construção de formas específicas de produção, comercialização, relações de trabalho que efetivam no Sudoeste do Paraná a construção de um território, cuja identidade se centra na agricultura familiar.

O reconhecimento do Sudoeste do Paraná como território é dado pelo seu processo social (econômico, político, cultural) e natural, que tem sua identidade na agricultura familiar notoriamente organizada neste espaço, que permanecem muitos dos traços de sua ocupação como o trabalho com ajuda mútua, o uso de técnicas rudimentares, as trocas e parcerias, a vida em comunidade, ao mesmo tempo em que se visualiza uma inserção no mercado seguindo a pauta de produção nacional de commodities, o uso de tecnológicas modernas, o êxodo rural. São várias tramas que constitui o território da agricultura familiar de forma paralela ou sobreposta.

O processo de *modernização* tecnológica imposto à agropecuária tem alterado a

identidade deste território e configurado territorialidades que alteram não apenas a apropriação das terras, mas a própria forma de realizar o trabalho e a vida cotidiana das famílias, como por exemplo, com a extinção das escolas do campo. o que se observa é que a modernização da agricultura permite a diminuição do tempo destinado às atividades agropecuárias, fomenta a redução da quantidade de pessoas necessárias à produção a partir da mecanização e mudanças nas relações produtivas que ampliam o acesso as redes globais através de cooperativas ao mesmo tempo em que diminui o convívio comunitário, expresso pela extinção dos espaços de socialização como campo de futebol, clube de mães que desaparecem pela diminuição da população no campo, por exemplo. As relações para produção, comercialização ocorrem muitas vezes em lugares distantes do espaço da produção, por vezes diminuindo os fluxos e as pressões locais por condições mais adequadas de estradas, escolas, espaços de lazer etc.

Ao considerar que o território conforme destaca Raffestin (1993) é resultado das múltiplas relações de poder que se estabelecem no tempo e no espaço podemos verificar a construção de um ou mais territórios que podem estar superpostos ou serem sucessivos. No caso estudado, verificamos um território da agricultura familiar passível de ser delimitado na área de abrangência denominado de Sudoeste do Paraná, cujas dinâmicas políticas, culturais, econômicas e naturais extrapolam uma delimitação da classificação oficial, como a de messorregião do IBGE, ao mesmo tempo em que podem coexistir outras delimitações territoriais oficial ou extra-oficiais.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático

(ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143).

A *modernização* agrícola que padroniza as feições territoriais a nível macro não é o único elemento constituinte do território da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, há outros aspectos relevantes que marcam e demarcam este espaço, como as pequenas propriedades, a pobreza rural, o esvaziamento das funções exercidas pelas pequenas cidades, a subordinação do trabalhador às agroindústrias, diversificação industrial e das atividades de serviços em algumas cidades, uma organização patriarcal entre outros. Estes e outros elementos combinam-se e articulam territórios. Na articulação destes encontram-se uma *malha* e a formação de *nós* constituintes da relação capital-trabalho e de outras relações e redes culturais, econômicas e políticas que se estabelecem na produção do espaço que, por sua vez, revelam o poder. Esses *nós* podem ser expressos pelas unidades produtivas, pelas *comunidades* rurais e pelas cidades que compõem o território.

Ao optar pelo conceito de território, percebe-se que o mesmo é, muitas vezes, utilizado como sinônimo de Estado-Nação, ou seja, a sua delimitação – o território nacional. Mas a compreensão é de que este extrapola a definição de fronteira. No entanto a utilização da concepção de território encontra uma dificuldade no que se refere à demarcação deste, pois considera as relações multidimensionais e estas não se entrelaçam na constituição territorial

de forma contínua. Os dados para caracterizar o território na maioria das vezes são obtidos de fontes oficiais que não particularizam a realidade e são descritos em um único bloco independente de sua escala espacial. Assim, ao se considerar o território, segundo entende Raffestin (1993), como a própria expressão do poder através do qual se conformam relações políticas, econômicas e culturais que definem o espaço e, evidentemente, a constituição do território como o domínio dessas relações é um desafio que tem enfrentado aqueles que tem por base este aporte teórico-metodológico. É importante destacar que o próprio conceito de poder varia de acordo com cada autor, mas no geral se refere à capacidade de uma classe ou de indivíduos, dependendo da perspectiva utilizada, de atingir os seus interesses, variando também a escala dessa abrangência, o que possibilita a existência de vários territórios.

Segundo Saquet (2003, p.27):

Se o território é marcado profundamente por relações de poder; relações sociais, evidentemente, que se cristalizam no espaço. Se um território pode ter sua re-produção interrompida, ou re-produzida constantemente e, se a existência de um território pressupõe um espaço construído, com homens e relações, um espaço produzido pode não ser um território, no caso de não conter, ou envolver, relações de poder. Se assim for, o espaço geográfico pode ser sinônimo de território, mas não necessariamente [...].

Na história de constituição do Sudoeste do Paraná é possível constatar diferentes períodos históricos, no entanto este texto se centra a partir da década de 1960, quando o Brasil passa a vivenciar um processo de *modernização* capitalista da

agropecuária, com a importação de tecnologias para o setor a montante, bem como de um *novo* direcionamento na pauta de produtos para atender o ramo agroindustrial, estabelecido à jusante. Este período da chamada *modernização da agropecuária brasileira* provoca mudanças na estrutura territorial no Brasil e, evidentemente, no Paraná.

O Sudoeste do Paraná tem a sua ocupação efetiva a partir da década de 1940, baseada em uma agricultura familiar, sendo que o pacote tecnológico que altera o padrão produtivo no Brasil, é introduzido na região com maior vigor na década de 1970, especialmente após 1975. A partir da década de 1980, com a expansão horizontal da agricultura estabelecida e com a diminuição dos financiamentos do Estado para a atividade agrícola, observa-se uma desaceleração no ritmo da *modernização* técnica. Entretanto, uma nova forma de produzir é implantada, considerada moderna, articulada a uma rede que envolve mais tecnologias e atrelada a um sistema de informações e a uma estrutura técnica e científica de abrangência global. Essa forma é implantada paralela à outra que é rudimentar, com uma estrutura em rede de ação mais local, explorando as trocas de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas. São as multidimensões desse território no qual se visualiza um padrão moderno de produção atendendo a necessidade de ampliação da reprodução do capital e uma outra forma que representa uma resistência a esta forma de reprodução ampliada.

Com a modernização da agricultura se materializa a integração de capital (comercial, industrial e financeiro), submetendo a estrutura agrícola nacional, mesmo parcialmente, aos seus desígnios. Dessa forma, ela se espalha na maior parte dos espaços, mudando a

base técnica da produção, inserindo a soja como produto principal, realizando a integração com os complexos agroindustriais a jusante e a montante da agricultura; tudo isso apoiado pelo Estado, o qual, em determinados momentos, assume o papel de financiador da *modernização*, favorecendo a fluidez nos interesses do capital.

Embora o processo de *modernização* da agricultura esteja presente no cotidiano das pessoas do Sudoeste do Paraná através de produtos que expressam a forma de produzir, como a soja, ocorrem manifestações muito particulares que destoam da lógica imposta pelo tipo de *modernização* agrícola adotado no país, principalmente no que se refere ao tamanho das propriedades e na utilização do trabalho familiar. Estas e outras contradições apresentam-se no território em estudo, onde os indicadores da *modernização* tecnológica como insumos químicos, implementos e máquinas agrícolas têm utilização elevada demonstrando a presença de uma forma de produzir inerente ao processo em curso no Brasil. Simultaneamente, aumenta em muitos municípios o número de pequenas unidades produtivas, da utilização da força animal, de financiamentos etc.

A *modernização* agrícola, no Sudoeste do Paraná, provoca diferentes alterações nas relações produtivas e sociais. O mesmo processo que possibilita a emancipação econômica de uns, provoca a sujeição de tantos outros. Mesmo entre os produtores que modernizam a produção, há os que são proprietários dos maquinários e os que deles dependem para produzir. Cada qual estabelece diferentes relações, mas o *poder*, representado pelo Estado e pelo capital industrial, inicialmente, impõe a tecnificação do campo e, com ela, o estabelecimento de diferentes mudanças

territoriais. Esse processo, da forma como é implantado no Brasil, altera a localização, a produção, as relações sociais, enfim, as organizações territoriais, extrapolando limites e fronteiras internas e externas, de acordo com os interesses econômicos.

No Sudoeste do Paraná predominam as pequenas unidades produtivas, mas as principais ações no que se refere à produção agrícola (produção-circulação-troca-consumo) não são dirigidas por eles e para eles. Cria-se uma rede de interesses em que os comandantes são os donos do capital. As manifestações territoriais, constituídas a partir da *revolução verde*, como a criação de cooperativas comerciais, a mudança nos produtos produzidos e na forma de produção, a destruição das moradias rurais, o desmatamento entre outros criam um *campo* de poder de grandes proprietários que têm acesso ao crédito e a formas de produção baseadas em tecnologias de última geração.

O território, como já salientado, vai além de uma delimitação espacial; inclui relações de poder, que estão presentes em determinadas extensões terrestres, nas redes de circulação e comunicação e na identidade. Estes são componentes essenciais; sua concretização requer, necessariamente, apropriação e dominação ou controle.

Dessa forma, as práticas adotadas pelos agricultores correspondem a manifestações de territorialidades que representam mudanças e permanências, em tempos diferentes e simultâneos. Também expressam a modernidade capitalista, são relações sociais e, portanto, espaciais, produzindo o território.

De acordo com Alves et al (2004), a partir do processo social de produção e circulação de mercadorias, o homem organiza o território e re-produz-se a si

mesmo, biológica e socialmente, reproduzindo a sociedade e o próprio modo capitalista de produção. Na reprodução da sociedade, os sujeitos são os próprios homens e suas relações sociais recíprocas. Os resultados desse processo, as objetivações significam um momento da reprodução social do homem na cidade e no campo.

Nesse sentido, um outro conceito aqui utilizado é o de agricultura familiar, o qual não é consensual na academia e mesmo entre os movimentos sociais ligados à questão agrária. Assim, é importante destacar que a agricultura familiar é utilizada nesta abordagem por ser a forma corrente de denominação da organização agrícola no Sudoeste do Paraná. Embora a definição apresentada pelo INCRA/FAO não expresse o dinamismo político e cultural da agricultura familiar no Sudoeste, ela contém as características básicas que a estabelece e a delimita.

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 04).

Outro motivo pelo qual se opta por esta denominação, diz respeito à compreensão da produção agrícola familiar centrada na pequena produção de mercadorias, geralmente, com baixo índice de mecanização, como acontece

no Sudoeste do Paraná. A dimensão política representada por essa categoria é explicitada ao longo do trabalho bem como os conflitos decorrentes que fomentam mudanças e/ou permanências no território.

A agricultura familiar é um conceito amplo e que apresenta um universo distinto que vai desde os produtores para o autoconsumo até pequenos empresários rurais. Assim, mais uma vez o conceito de território permite compreender de que forma as singularidades do lugar são estruturadas e como atuam sobre os ritmos de desenvolvimento. As relações de poder manifestam-se localmente a partir de uma rede de articulações mais ou menos abrangentes que, em cada espaço geográfico, tem uma manifestação singular estruturada na relação espaço-tempo. Assim, constata-se a não homogeneização do capital, frente às singularidades locais.

São as singularidades espaciais que caracterizam os diversos ritmos territoriais que caracterizam um tempo rápido das inovações tecnológicas e um tempo lento do uso de técnicas rudimentares e da troca de dias de trabalho, da vida comunitária. Essas, por sua vez, são resultantes de um tempo histórico e de um tempo de coexistências, que permitem que em um território, como no Sudoeste do Paraná, exista uma agricultura moderna interligada a um sistema internacional de circulação e informações, considerada expressão da modernidade e sinônimo de um tempo rápido; ao lado de uma agricultura de uso de técnicas rudimentares, dependente das condições naturais, realizada com base em um trabalho físico exaustivo, considerada como um tempo lento, um retrocesso histórico.

O que se observa é que a modernização da agricultura familiar é composta por diferentes forças e interesses que sobrepõe territórios, pois não há a soberania de uma única dimensão sobre as demais, mas de uma ação e reação entre elas, que são guiadas, na sociedade moderna, pela ampliação do capital, mas que não tem resultados únicos e universais. O que se observa neste território é que as mudanças não são definitivas e as permanências não se configuram em obstáculos a serem superados. A existência da agricultura familiar é compreendida como uma singularidade, em que as dimensões políticas, culturais, ambientais figuram com a dimensão econômica, constituindo uma tessitura da qual se reveste o território.

Tratam-se de uma construção realizada por diferentes sujeitos, uns com maior poder de articulação em rede nacional e internacional, outros com ações mais locais. São diversas redes que se estabelecem com maior ou menor poder de fluidez, mas que estabelecem condições territoriais aparentemente antagônicas e passíveis de superação, quando são territórios sobrepostos.

Não é com a *modernização*, apoiada pelo Estado, através do crédito rural, da assistência técnica, que se introduz no Sudoeste uma prática mercantil. Ela está presente desde a sua ocupação efetiva. Com a modernização da agricultura, a principal mudança baseia-se na forma de produzir, nas condições e instrumentos para a produção e nos agentes comerciais.

A *modernização* da agricultura é uma manifestação de poder, incentivada pelo Estado brasileiro, de forma a beneficiar os segmentos mais capitalizados da sociedade. Entretanto, as alterações provocadas extravasam o espaço rural e se manifestam nas cidades e se

expressam no êxodo rural, no crescimento acelerado das cidades, nas relações de trabalho, na criação e extinção de serviços, como as escolas rurais.

A atividade agropecuária é significativa na economia do Sudoeste, embora outros segmentos, especialmente, localizados na área urbana, tenham se destacado. A introdução da agricultura moderna provoca o aumento da produção e da produtividade, especialmente para os produtos destinados à exportação, e, recebe maior atenção dos investimentos para pesquisa, o que se consolida no decorrer dos anos de 1980 e 1990.

A alteração no trabalho agrícola no Sudoeste e, também, nos tipos de cultivos, tem, internamente ao território, uma contribuição fundamental da assistência técnica que realiza o convencimento dos produtores e consumidores, em relação aos benefícios resultantes da utilização do pacote tecnológico.

Nesse contexto, constrói-se um arcabouço teórico-metodológico utilizado pelo sistema de ATER, prestado por cooperativas, empresas agropecuárias e Estado, e, também, pelo sistema financeiro, que fomenta o uso de tecnologias modernas; pois é um caminho que, teoricamente, cabe ao produtor seguir modelos pré-estabelecidos, enquanto que em outras formas de cultivos carecem de pesquisas, resultados comparativos, mercado instituído, entre outros. Enfim, uma rede de relações a ser construída ou ampliada.

O uso de instrumentos rudimentares, apesar de representar uma alternativa ao uso do pacote tecnológico, não é adequado à produção de determinados cultivos, especialmente aqueles voltados à exportação, uma vez que se trata de produtos com valores determinados por

uma concorrência internacional e que exige, do produtor, um conhecimento mais profundo das relações de mercado para que possa fazer escolhas adequadas em relação aos retornos financeiros.

Considerações

A *modernização* da agricultura significa uma mudança de ordem política, econômica e cultural, que não atinge somente a produção mensurável, mas também as relações sociais, por isso sua repercussão é entendida como uma manifestação territorial. Com ela se evidencia a ampliação do capital e seus interesses, principalmente, pelas manifestações de poder do Estado, das cooperativas agrícolas, das agroindústrias e das organizações de agricultores, que representam diferentes nós de uma rede de relações que se estabelecem no território. O resultado dessas ações promove mudanças e/ou permanências no território.

A introdução das tecnologias na atividade agropecuária aumenta a produtividade, mas, tornam os agricultores mais dependentes de insumos químicos para mantê-la. As sementes melhoradas, por exemplo, são resistentes a determinadas pragas, adaptadas as condições naturais, mas têm um custo elevado e não permite que o agricultor armazene seus próprios cultivares. Dessa forma, as empresas de sementes subordinam os agricultores e apresentam efeito em cadeia, pois, o uso de determinadas sementes e também de determinadas tecnologias exige o uso de outras partes do pacote. Os elevados custos da produção agrícola, em especial o econômico, consubstanciam-se em uma dificuldade na utilização do pacote tecnológico, assim como na permanência de formas mais rudimentares de produção.

O processo de *modernização* da agricultura, especialmente no território

estudado, tem também um custo social e ambiental elevado, pois implica no uso crescente de agrotóxicos, contaminando – além dos seres vivos – rios e solos; aumenta o desmatamento pela necessidade de mais terras; eleva o valor nominal da terra; provoca o êxodo rural; altera a concentração de terra e empurra as unidades produtivas para áreas de encostas, cujos agricultores são descapitalizados.

Ao mesmo tempo em que se apresentam as dificuldades para produzir com a utilização do pacote tecnológico ocorre a diminuição do desgaste físico no trabalho agrícola, constituindo-se em um dos motivos, que incita aos pequenos produtores familiares, a enquadrarem-se na produção pautada pelo pacote, inclusive em pequenas parcelas de terra. Também o acesso ao crédito é outro motivador do uso desse.

A agricultura familiar tem, no Sudoeste do Paraná, uma expressiva manifestação territorial, que engloba diferentes ritmos na sua constituição, mostrando faces modernas e rudimentares. Os resultados também são diversos e expressam a pluralidade do Sudoeste. Assim o território é composto a partir de outros territórios, como o da agricultura moderna, da agricultura rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, enfim territórios sobrepostos cujas relações que o consubstanciam, lhe dão especificidades. Entretanto, todos esses se compõem a partir de uma identidade, que exige as mudanças e/ou permanências para o seu desenvolvimento: a agricultura familiar.

É, justamente, em virtude dessa pluralidade, das dificuldades encontradas na produção nos moldes da *modernização* tecnológica da agricultura, da precariedade vivenciada no campo e dos sinais do esgotamento desse modelo de produção, mesmo para

muitos agricultores que sequer adequam-se a ele, que se torna indispensável repensar a direção do desenvolvimento. O que significa uma re-significação da agricultura familiar, não vista como um setor, mas como uma dimensão territorial que comporta o econômico, mas também o político, o cultural manifestados entre outras na sua forma de organização social, na vida comunitária, na troca de dias de trabalho, na produção de policulturas para sustento da família, nas adequações de técnicas as condições naturais de cada estabelecimento. A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná apresenta suas singularidades, assim compreendê-la exige o reconhecimento e valorização das mesmas.

Referências

- ALVES, Adilson Francelino; et al.. Paisagem, espaço e território. **Revista Formação**. Presidente Prudente: UNESP, n.11, p. 151 – 173, 2004.
- INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2008.
- SANTOS, Roseli Alves dos e MARSCHNER, Walter. Identidade Territorial e desenvolvimento. IN: Alves, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues e CANDIOTTO, Luciana Zanetti. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2003.
- _____. Por uma abordagem territorial. IN: Saquet, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades** – teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão Popular, 2009.